

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CENÁRIO ELEITORAL DE 2018 E PÓS-ELEIÇÕES

Vinicius Da Silva

Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul- UFRGS - RS - (Polo Regional de Educação de Sobradinho) viniciusdsp@hotmail.com

Betina Lucia Maia

Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho). b.maiacsociais@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa lançar um olhar sobre a violência LGBTs+, no contexto das eleições de 2018, bem como pós-pleito eleitoral e seus reflexos na sociedade brasileira. Sendo que durante a campanha eleitoral, segundo notícias de jornais tiveram uma verdadeira guerra e perseguições, das mais variadas possíveis, de xingamentos a tentativa de homicídio, sem mencionar que com a ajuda das redes sociais esses ataques se tornaram frequentes, ademais ao se encerrando o pleito eleitoral, a insegurança tornou-se muito maior, como aumento das agressões, logo no início do novo governo se torna claro o clima de apreensão sofrido, sendo que com a renúncia de um deputado federal, por causa das perseguições e ameaças sofridas ao seu mandato, ocasionando sua saída do território nacional. Nesse norte considerando o cenário pós-pleito presidencial, ser LGBTs+, se tornou um risco a sua integridade, física e moral, tendo que conviver em um ambiente austero e de risco de vida. O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica com método dedutivo-analítico

Palavras-chave: Campanha eleitoral, Violência, Direitos Humanos, Gênero.

Introdução

No início do pleito eleitoral de 2018, quando ainda se definia os prováveis candidatos, já se figurava uma disputa que envolveria de uma forma mais direta dois projetos, um ultra conservador, com grande clamor popular, e outro centrado em pilares mais sociais, com apressamento pela educação.

No decorrer da campanha eleitoral, foi tomando conta da nação brasileira, uma onda conservacionista, onde o politicamente correto deixou de ser a tônica dos projetos, e no final veio a um governo com uma visão menos voltada para educação e investimentos em pesquisa.

Neste contexto, o presente estudo versa sobre a propagação dos direitos humanos e sua resistência por meio da educação, tendo em vista o resultado das eleições de 2018, onde o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, apresentando um ponto de vista militarista deixa a desejar no quesito das ações voltadas as questões de gênero.

O presente estudo visa lançar um olhar sobre a violência LGBTQ+, no contexto das eleições de 2018, bem como pós-pleito eleitoral e seus reflexos na sociedade brasileira, sendo que durante a campanha eleitoral, segundo as notícias dos jornais se tiveram uma verdadeira guerra e perseguições, das mais variadas possíveis, de xingamentos a tentativa de homicídio, sem mencionar que com a ajuda das redes sociais esses ataques se tornam frequentes, ademais ao se encerrando o pleito eleitoral, a insegurança tornou-se muito maior, como aumento das agressões, logo no início do novo governo se torna claro o clima de apreensão sofrido, sendo que com a renúncia de um deputado federal, por causa das perseguições e ameaças sofridas ao seu mandato, ocasionando sua saída do território nacional.

Neste norte considerando a cenário pós-pleito presidencial, ser LGBTQ+, se tornou um risco a sua integridade, física e moral, tendo que conviver em um ambiente austero e de risco de vida. O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica com método dedutivo- analítico.

Discurso de ódio

Ao se tentar conhecer um pouco mais quem seja o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro “é nascido na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, e está em sua sétima legislatura,

até o momento. Nas últimas eleições, no ano de 2014, foi o Deputado Federal mais votado pelo Estado do Rio de Janeiro, obtendo cerca de 464.5658 votos”. Desse modo seja “prudente pensar que a expressiva reeleição de Bolsonaro nos informa tanto sobre a adesão popular ao seu discurso, quanto à legitimidade que sua retórica possui no Congresso Nacional”. (NUNES, 2017, p. 46)

Dessa maneira o Deputado referido “é também militar da reserva e esse fato certamente se reflete nas comissões da Câmara dos Deputados em que o parlamentar atua como, por exemplo, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)”. Sendo de conhecimento nacional sua “defesa que Bolsonaro faz ao regime militar após o golpe de 1964”. (NUNES, 2017, p. 46)

Vislumbrando “os discursos de Jair Bolsonaro em seu momento de campanha eleitoral, podemos identificar uma série de eixos – que a população brasileira estava começando a entender como merecedores de atenção”, pelo menos um determinado público, desse modo “foram questionados e deslegitimados através de assertivas superficiais e fáceis que pareceram criar um eco perante a opinião pública. E ainda mais sério: pareceram revestir-se de uma aparência de indiscutível verdade”. Declarações de Jair Bolsonaro “apoiando a brecha salarial de gênero, contra a conciliação da vida familiar e laboral, ou falando absolutamente contra o aborto, sugerindo pena privativa de liberdade para mulheres que o levassem a cabo”, ainda falou em palanque de campanha “proclamando uma aquiescência forçada das minorias em relação às majorias, falas do atual presidente que tratavam com desprezo, ao ironizar, as questões raciais; que explicitamente figuravam como discurso de ódio à população LGBT”; sendo “que eram indulgentes em relação às práticas de violência de gênero”. (CUNHA, 2020, p. 02)

Ao remorar o pleito de 2018, e ao analisar a firme manifestação do então Deputado Federal do Partido Progressista (PP) Jair Bolsonaro que sempre se posicionou contrariamente a projetos destinados à promoção da diversidade sexual no Brasil durante seus mandatos.

Assim, que pensava como o referido Deputado Federal, ou seja, “a massas conservadoras e retrógradas da sociedade se sentiu no direito de manifestar seu discurso sobre as questões que envolviam as relações não heterossexuais”, bem como os “padrões normativos, violentos e preconceituosos construídos na modernidade por uma

sociedade que se caracterizava, e ainda é marcada, pelo machismo e pelo patriarcado”. (BULGARELLI, 2019, p. 11)

Diante disso se sentindo representado pelo candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro, seus seguidores, vão as ruas cometer atrocidades como podemos vislumbrar;

Houve uma escalada do discurso de ódio no contexto eleitoral. Ativistas e militantes denunciaram agressões físicas ou verbais contra pessoas LGBTQ+. O assunto passou a ocupar os noticiários. Além dos depoimentos de pessoas LGBTQ+ que sofreram xingamentos e ofensas nas redes sociais por parte de eleitores e apoiadores de campanha de extrema direita, foram noticiadas situações envolvendo ameaças de morte e homicídio de pessoas LGBTQ+ com motivação político-eleitoral. Em outubro de 2018, foi divulgada uma gravação de vídeo onde um grupo de torcedores de futebol entoava um cântico homofóbico no metrô de São Paulo: “Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado”. O vídeo se tornou viral nas redes sociais três dias antes do primeiro turno das eleições gerais. (BULGARELLI, 2019, p. 07)

Além disso, cabe ressaltar que “é necessário também situar o Brasil como o país que responde pelo maior número de assassinatos de travestis e mulheres trans no mundo, de acordo com levantamento realizado pela ONG Transgender Europe (TGEU)”. (BULGARELLI, 2019, p.08)

Ações pós assumir como Presidente

Dentre os primeiros atos pós assumir o planalto o então presidente Jair Bolsonaro, foi;

O governo Bolsonaro, com a justificativa de necessidade de corte de gastos, extinguiu e fundiu ministérios em um só, reformulando a organização ministerial. O antigo Ministério de Direitos Humanos passou a chamar-se Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. A primeira notícia que se pode considerar prejudicial às causas da população LGBTQI foi a alteração das diretrizes de direitos humanos, que servem de base orientativa às políticas públicas desse ministério, de cujo texto já não mais constam as minorias

sexuais. É a primeira evidência clara de uma política governamental que despreza a relevância das questões LGBTI e relega-as ao banimento institucional. A problemática aqui é: se essas questões não são uma pauta de direitos humanos, de que serão? (CUNHA, 2020, p. 03)

Carregado de conservadorismo e de ideologia foi o primeiro discurso da então ministra do referido ministério;

(...) as declarações da ministra que tiveram repercussão mundial, pelo tom reacionário e pela retórica conservadora, foram relativas à já mencionada “ideologia de gênero”. A ministra protagonizou um vídeo, publicado logo depois de assumir o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, em que afirmava que “uma nova era estava começando no Brasil, uma era em que meninos vestiam azul e meninas vestiam rosa”. (CUNHA, 2020, p. 03)

Ao analisar as implicações deste discurso observa-se por meio dela um discurso e um plano de governo transfóbico, “isto porque as pessoas trans são sujeitos que não se identificam com o gênero que lhes foi outorgado na hora do nascimento, rompendo as normas de gênero (assentadas ademais na ideia de identidade biológica dos corpos)”. (CUNHA, 2020, p. 08)

Resultados e discussão

Dito isto, compartilhamos da ideia de que estas expressões prejudicam a vivência da democracia em solo brasileiro. As atuações aqui referidas aparecem como exemplos para a população brasileira que fortemente também é reconhecida como preconceituosa, porém não somente no que diz respeito aos direitos LGBTs, mas também, com os negros, com a religião, pela exclusão segundo nível sócioeconômico, etc.

Ademais, seria interessante refletir a respeito de que os eleitos são o reflexo da escolha da maioria dos cidadãos que segundo o voto elegeram seu representante. Sendo assim, poderíamos nos questionar quanto à origem destes critérios de escolhas. Enfim, no que se baseiam, o que os sustentam quando percebemos que o resultado destas escolhas tratam os cidadãos com propostas desiguais e ilegítimas,

pois reconhecem alguns grupos como desviantes e sugerem a eles que se convertam a vontade da maioria.

Desde então, pensemos em dislumbrar novas propostas de análises no que diz respeito aos princípios que determinaram as ondas da política contemporânea. Duda Salabert, eleita vereadora na capital mineira pelo PDT, em entrevista a Carta Capital em 29 de Dezembro de 2020 faz considerações importantes ao tema quando diz “para 2021, eu vejo o pior dos cenários para o movimento LGBT, para os movimentos sociais e para os movimentos de luta. Eu acho que vai acontecer no próximo ano uma retirada e um desmonte absurdo de direitos historicamente conquistados”. Nesta fala a vereadora demonstra o quanto os direitos humanos e as especificidades dos direitos LGBT foram desmerecidos pós-pleito. É desconcertante a forma como tais conquistas se perdem no tempo como se nunca existiram.

Sintetizando, em mesma entrevista, Duda diz que “o que muda o mundo não é a criação de novas leis, mas criação de novas consciências. Isso se faz no âmbito escolar. Vamos fazer um mandato pautado na questão escolar, pautando um novo modelo de escola”. Interessante esta ressalva, se refletida sob a ideia de que os governantes atuais são espelhos da maioria da população em suas ações e expressões, afinal, foram eleitos.

Por fim, a vereadora sugerindo a emancipação das consciências retrata um princípio que poderia mudar o cenário nacional. Dessa forma, o trabalho em escolas mediando reflexões acerca do tema e definindo algumas concepções de direitos e competências cidadãos são, quem sabe, uma oportunidade abolir com as ações preconceituosas que diferenciam as pessoas pela falta da unicidade de um discurso de paz.

Considerações finais

O atual trabalho não esgota de forma alguma o contexto estudado. É extremamente necessário, que ainda se realizem pesquisas e que se promovam debates que evidenciem pautas como, por exemplo, “por que 29% dos LGBTs votam em Bolsonaro?” (BULGARELLI, 2018) ou então refletir a cerca das perspectivas sociais a respeito do tema, ou seja, quais são as percepções dos cidadãos brasileiros no que tange a ideia de Bolsonaro e seus companheiros partidários e afins serem

ou não homofóbicos quando há percentual considerável de LGBTs o apoiam.

Seria interessante ao abordar este tema realizar entrevistas com gays, lésbicas e transsexuais apoiadores do atual presidente, no sentido de tentar trazer às pesquisas a visão destes enquanto cidadãos brasileiros e simpatizantes de Bolsonaro. Dessa forma, poderíamos com maior critério debater a respeito das expressões preconceituosas do atual presidente. Em virtude disto, poderíamos de certa forma entrar em contato com duas versões que auxiliariam na compreensão do fato.

Não queremos com isto, de forma alguma ressaltar que este percentual de votos isenta as declarações nefastas e os ataques. Apenas sugerindo uma maior possibilidade de alcance deste assunto, bem como da maior probabilidade de compreender melhor os anseios dos grupos LGBTs. Com isto, este trabalho buscou desenvolver reflexões a cerca das fortes manifestações homofóbicas que banhou o cenário eleitoral de 2018 e as ramificações dos atos que sobreviveram pós-pleito.

Referências

BULGARELLI, Lucas. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral.** Disponível em: < http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf >. Acesso em: 20 Março 2021.

BULGARELLI, Lucas. **Por que 29% dos LGBTs votam em Bolsonaro?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/opinion/1540592921_823943.html>. Acesso em: 13 Abril de 2021.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. **A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência.** Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/176467/163971/441901>>. Acesso em: 04 Abril 2021.

LIMA, Thiago Pereira. **O GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: medo de falar sobre o gênero?** Disponível em: <<https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/NjUy.pdf?035159>>. Acesso em: 04 Abril 2021.

NUNES, Anderson da Cruz. **Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys.** Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4334/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Anderson%20da%20Cruz%20Nunes.pdf>>, Acesso em: 20 Março 2021.

PUTTI, Alexandre. **“Vejo o pior dos cenários para o movimento LGBT em 2021”, diz Duda Salabert.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/vejo-o-pior-dos-cenarios-para-o-movimento-lgbt-em-2021-diz-duda-salabert/>>. Acesso em: 13 Abril de 2021.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil.** Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/308/265>>. Acesso em: 04 Abril 2021.